

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA**

Daiane Knapp

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA OS
GESTORES DE COQUEIROS DO SUL**

**Sarandi, RS, Brasil
2015**

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS
E DESAFIOS PARA OS GESTORES DE COQUEIROS DO
SUL**

Daiane Knapp

Monografia apresentada ao Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em Educação a Distância, Área de Concentração em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional.**

Orientadora: Ma. Fabiana Regina da Silva

**Sarandi, RS, Brasil
2015**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Programa de Pós-graduação em Educação a Distância**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS
PARA OS GESTORES DE COQUEIROS DO SUL**

elaborada por
Daiane Knapp

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a Ma. Fabiana Regina da Silva (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Cristiane Ludwig (UFSM)
(1^a examinadora)

Prof.^a Bruna Dalcin Gattiboni (UFSM)
(2^a examinadora)

Prof.^a Dr.^a Gládes Tereza Felix (UFSM)
(suplente)

Sarandi, 27 de novembro de 2015.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA OS GESTORES EDUCACIONAIS DE COQUEIROS DO SUL

AUTORA: DAIANE KNAPP
ORIENTADORA: FABIANA REGINA DA SILVA

Data e Local da Defesa: Sarandi, 27 de novembro de 2015.

O presente estudo refere-se à construção do Trabalho Final de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e tem como tema a construção do Plano Municipal de Educação (PME) de Coqueiros do Sul, RS. O objetivo principal deste trabalho é refletir sobre as perspectivas e desafios desse importante documento para a comunidade Coqueirense, além, de compreender como se deu o processo de elaboração, tendo como base, as exigências dos planos nacional e estadual de educação e o prazo de cumprimento de 10 anos. Contudo, para a análise proposta, compreendemos também a necessidade de situar na história da educação brasileira a criação das atuais políticas públicas e educacionais e descentralização da gestão educacional. Para este estudo, as escolhas teórico-metodológicas utilizadas foram: estudo de caso embasado em Lankshear & Knobel, pesquisa bibliográfica e observação participante. De imediato, ressaltamos que os resultados obtidos foram de grande valia para o entendimento das políticas em âmbito educacional e, a importância do PME como documento responsável por guiar a Gestão Educacional no caminho da compreensão dos processos educativos que levam a qualificação educacional em nível municipal, estadual e nacional.

Palavras-chave: Plano Municipal de Educação. Políticas educacionais. Gestão Educacional.

ABSTRACT

EDUCATION TOWN PLAN: PROSPECTS AND CHALLENGES FOR EDUCATIONAL MANAGERS OF SOUTH COQUEIROS

AUTHOR: DAIANE KNAPP
ADVISOR: FABIANA REGINA DA SILVA

This study refers to the construction of the Final Work Specialization in Educational Management from the Federal University of Santa Maria (UFSM) and has as its theme the construction of the Municipal Education Plan (SMEs) of Coqueiros do Sul, RS. The aim of this paper is to discuss the prospects and challenges of this important document for the Coqueirense community, as well, to understand how was the drafting process, based on the requirements of national and state plans of education and the deadline for compliance 10 years. However, for the analysis proposed, we also understand the need to place in the history of Brazilian education the creation of today's public and educational and decentralization of education management policies. For this study, the theoretical and methodological choices were: case study grounded in Lankshear & Knobel, literature and participant observation. Immediately, we note that the results were of great value for understanding in educational framework policies and the importance of SMEs as a document responsible for guiding the Educational Management in the way of understanding the educational processes that lead to educational qualifications at the municipal level, state and national.

Keywords: Municipal Education Plan. Educational policies. Educational Management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Desempenho médio nas avaliações da educação básica	17
Gráfico 2 – Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil	20
Gráfico 3 – Porcentagem de crianças de 0 e 3 anos na Educação Infantil	20
Gráfico 4 – Porcentagem de crianças de 6 a 14 anos matriculados no Ensino Fundamental... ..	21
Gráfico 5 – Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental	21
Gráfico 6 – Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola	21
Gráfico 7 – Porcentagem de jovens de 15 e 17 anos matriculados no Ensino Fundamental	21
Gráfico 8 – Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em leitura	22
Gráfico 9 – Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em escrita.....	22
Gráfico 10 – Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em matemática.....	22
Gráfico 11 – Porcentagem de escolas públicas da Educação Básica com matrículas em tempo integral.....	23
Gráfico 12 – Porcentagem de matrículas na rede pública em tempo integral na Educação Básica	23
Gráfico 13 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	24
Gráfico 14 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Anos Finais do Ensino Fundamental	24
Gráfico 15 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Ensino Médio	24
Gráfico 16 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos (Campo)	25
Gráfico 17 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos (25% mais pobres)	25
Gráfico 18 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos (Negros)	25
Gráfico 19 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos (Região de menor escolaridade – Nordeste)	25
Gráfico 20 – Taxa de alfabetização	26
Gráfico 21 – Taxa de analfabetismo funcional.....	26
Gráfico 22 – Porcentagem de matrículas de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental, integradas à Educação Profissional	26
Gráfico 23 – Porcentagem de matrículas de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio, integradas à Educação Profissional	26
Gráfico 24 – Matrículas de Educação Profissional Técnica.....	27
Gráfico 25 – Novas matrículas de Educação Profissional Técnica na Rede Pública	27
Gráfico 26 – Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos	27
Gráfico 27 – Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior	27
Gráfico 28 – Porcentagem de matrículas novas na Rede Pública em relação ao total de matrículas novas na Educação Superior	28
Gráfico 29 – Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente das instituições de Educação Superior.....	28
Gráfico 30 - Porcentagem de doutores no corpo docente das instituições de Educação Superior	28
Gráfico 31 – Número de mestres titulados	29

Gráfico 32 – Número de doutores titulados	29
Gráfico 33 – Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior	30
Gráfico 34 – Porcentagem de professores dos anos finais do Ensino Fundamental que tem licenciatura na área em que atuam.....	30
Gráfico 35 – Porcentagem de professores do Ensino Médio que tem licenciatura na área em que atuam.....	30
Gráfico 36 – Professores da Educação Básica com Pós-Graduação	31
Gráfico 37 – Rendimento médio dos professores de Educação Básica em relação ao rendimento médio dos demais profissionais com a mesma escolaridade.....	31
Gráfico 38 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de Coqueiros do Sul....	38

SUMÁRIO

RESUMO	03
ABSTRACT	04
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	05
INTRODUÇÃO	09
1. BREVE HISTÓRICO DAS TRANSFORMAÇÕES EDUCACIONAIS BRASILEIRAS E OS CAMINHOS TRILHADOS COM BASE NA CRESCENTE CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	11
1.1 As Políticas Educacionais Pré e Pós Conferência Mundial de Educação para Todos (EPT)	11
1.2 O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002)	13
1.3 O governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010).....	14
1.4 O governo de Dilma Rousseff (2011 – até a atualidade)	15
1.5 O que realmente mudou nas duas últimas décadas (1995-2015).....	16
2. A BUSCA PELA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DO ÂMBITO NACIONAL AO MUNICIPAL: O DESAFIO NA CONSTRUÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO	18
2.1 Conhecendo o Plano Nacional de Educação e suas metas	19
2.1.1 Meta 1	19
2.1.2 Meta 2	20
2.1.3 Meta 3	21
2.1.4 Meta 4	21
2.1.5 Meta 5	22
2.1.6 Meta 6	23
2.1.7 Meta 7	23
2.1.8 Meta 8	24
2.1.9 Meta 9	25
2.1.10 Meta 10	26
2.1.11 Meta 11	26
2.1.12 Meta 12	27
2.1.13 Meta 13	28
2.1.14 Meta 14	29
2.1.15 Meta 15	29
2.1.16 Meta 16	30
2.1.17 Meta 17	31
2.1.18 Meta 18	31
2.1.19 Meta 19	32
2.1.20 Meta 20	32
2.2 O desafio	32
2.2.1 O Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul	33
3. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE COQUEIROS DO SUL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A COMUNIDADE COQUEIRENSE	34

3.1 A construção do Plano Municipal: as 5 etapas	35
3.1.1 - Etapa 1 – Definir e distribuir responsabilidades	35
3.1.2 – Etapa 2 – Elaborar o documento-base	36
3.1.3 - Etapa 3 – Promover um amplo debate	36
3.1.4 – Etapa 4 – Redigir o Projeto de Lei	37
3.1.5 – Etapa 5 – Acompanhar a tramitação na Câmara Municipal	37
3.2 Desafios e Perspectivas do PME Coqueirense	37
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata da educação escolar, suas mudanças e transformações ocorridas com o passar do tempo e que percorrem todo o sistema educacional brasileiro, uma análise das políticas públicas, leis, avaliações, metas e objetivos que são criados no país, e, posteriormente, precisam ser efetivados em âmbito municipal. Para que isso se concretize de fato, país, Estado e municípios precisam criar em regime colaborativo formas de atender a todas essas demandas, buscando assim, qualificar e democratizar a educação.

Uma estratégia recente voltada para o regime colaborativo, é a elaboração do novo Plano Nacional de Educação que culminou no estabelecimento de 20 metas frente à demandas educacionais atuais, o qual prevê a criação de planos decenais pelos Estados e Municípios refletidos na proposta inicial. Desta forma, cada Estado e/ou município busca elaborar, efetivar e aprovar seus planos com base em sua própria realidade e necessidades.

Como membro do Fórum Municipal de Educação do município de Coqueiros do Sul, participamos da construção do Plano Municipal de Educação. Diante disso, acompanhamos as dificuldades desse processo, principalmente no que diz respeito, a articulação do plano municipal às exigências dos planos estadual e nacional de educação por se tratarem de realidades distintas, havendo desacordos entre a proposta inicial e as reais necessidades da educação Coqueirense. Portanto, a questão central é: Em que medida a construção do Plano Municipal de Educação pelos gestores municipais e os profissionais da educação do município de Coqueiros do Sul, se articula em detrimento de atender em seu período de vigência (10 anos), as necessidades educacionais locais em consonância às exigências das políticas estaduais e nacionais?

Nessa perspectiva, objetivamos analisar e refletir a construção desse importante documento, seus desafios e perspectivas. Para isso, procuramos inicialmente, analisar as transformações ocorridas no âmbito educacional e a crescente demanda provocada pelas políticas públicas e/ou educacionais brasileiras. Posteriormente procuramos analisar a trajetória da legislação educacional (nacional, estadual e municipal) como parâmetro para a criação e implementação dos Planos de Educação, além, de emergir dimensões da experiência de elaborar e efetivar o Plano Municipal de Educação do município de Coqueiros do Sul, como membro Fórum Municipal de Educação, com base nas diretrizes e metas pré-estabelecidas em âmbito estadual e nacional, e, com vistas a atender as demandas reais da comunidade Coqueirense.

Perante os anseios propostos, embasamos a pesquisa em pesquisas bibliográficas e leituras exploratórias de pesquisadores como: Dalila Andrade Oliveira, Demerval Saviani,

Heloísa Luck e Luiz Dourado que exploram as políticas educacionais com base nos conceitos de gestão participativa e democrática, além, de propiciarem aportes para a de gestor educacional/escolar utilizados na argumentação dos pontos de vistas defendidos, além, de dar suporte teórico para a análise dos dados coletados.

Nossas escolhas teórico-metodológicas são: o estudo de caso, de viés qualitativo, embasados em Lankshear & Knobel (2008) e a pesquisa com base nas vivências e observações a partir da prática que envolve tal construção.

Como afirma Marli André:

Se nas décadas de 60-70 o interesse se localizava nas situações controladas de experimentação, do tipo laboratório, nas décadas de 80-90 o exame de situações “reais” do cotidiano da escola e da sala de aula é que constituíram as principais preocupações do pesquisador. Se o papel do pesquisador era sobremaneira o de um sujeito de “fora”, nos últimos anos tem havido uma grande valorização do olhar “de dentro”, fazendo surgir muitos trabalhos em que se analisa a experiência do próprio pesquisador ou em que o pesquisador desenvolve a pesquisa em colaboração com os participantes. (ANDRÉ, 2006, p. 17).

A autora em sua análise sobre a trajetória histórica da pesquisa educacional no Brasil, revela a atual proximidade do pesquisador com a realidade e o objeto estudado. A coleta de dados parte da análise documental, conforme Lankshear & Knobel (2008, p. 55) que implica “não a criação de novos dados, mas o embasamento em textos oficiais já existentes, para *reconstituir* (alguns) de seus conteúdos como bases para novos estudos”, buscando assim um dimensionamento das principais características do município, inclusive as relacionadas a rede escolar, com base na Lei Orgânica Municipal e demais leis municipais relacionadas ao contexto e ao plano em elaboração.

Desenvolvemos também uma pesquisa bibliográfica entendida por nós como um apanhado geral sobre os principais trabalhos realizados, capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema (RUIZ, 1979), complementada pela pesquisa ação ou pesquisa participante que segundo Elliott (1991, p.69) é “o estudo de uma situação social com vistas a melhorar a qualidade da ação dentro dela” e portanto implica na participação direta, conforme Lankshear & Knobel (2008, p. 192, 251) “plena e explícita” do pesquisador e em um conhecimento socializado, ou seja, que sugere a consciente participação de outros sujeitos no processo e que prevê “anotações de campo” e organização de dados para o estudo de caso a partir do objetivo da pesquisa.

1. BREVE HISTÓRICO DAS TRANSFORMAÇÕES EDUCACIONAIS BRASILEIRAS COM BASE NA CRESCENTE CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

As transformações educacionais brasileiras e a crescente demanda de políticas públicas e/ou educacionais, tem sido motivação para debates nacionais e internacionais. Percebe-se que a educação brasileira, de modo geral, oscila diante de vários fatores políticos e econômicos.

Para melhor compreendermos as reformas que ocorreram na educação brasileira até a atualidade, precisamos refletir sobre como a educação tem sido estruturada e organizada. Deste modo, apresentamos um breve histórico dos governos posteriores à Conferência Mundial de Educação Para Todos EPT até 2015 detalhando suas estratégias na criação de políticas públicas e educacionais que buscam a expansão do acesso e a qualificação da educação brasileira.

1.1 As Políticas Educacionais Pré e Pós Conferência Mundial de Educação para Todos (EPT)

A Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada no ano de 1990 em Jomtien – Tailândia, foi um marco de reestruturação das políticas públicas objetivando uma educação verdadeiramente básica para todos, firmando um compromisso com a educação básica. A conferência teve por objetivo “satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, a universalização do acesso à educação e a promoção da equidade” isso significava, estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, uma sociedade mais humana e justa. Torres (2008, p. 03) afirma permanecer o “compromisso não só com a educação básica, mas fundamentalmente, de combater a pobreza, combate que requer intervenções diretas, integrais, consistentes, partindo não unicamente do educativo e da escola, mas da economia e do político”.

A iniciativa partiu da preocupação com o crescente número de crianças fora da escola e de adultos analfabetos, visando estratégias que garantissem a resolução destes problemas e, portanto, a garantia de um futuro melhor. A iniciativa mobilizou diferentes países que com o apoio de grandes corporações financiadoras (UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial), e propunham uma verdadeira reforma educativa.

Dentre os resultados da Conferência realizada em Jomtien, o principal foi a elaboração de importantes documentos como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos que apresentava novas definições e abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, as metas e os compromissos consolidados pelos participantes.

Em decorrência dos compromissos assumidos na Conferência de Jomtien, no Brasil foi elaborado o Plano Decenal de Educação para Todos, sendo que a meta principal era assegurar, em dez anos às crianças, jovens e adultos, os conteúdos mínimos em matéria de aprendizagem que respondam às necessidades elementares da vida contemporânea (universalização da educação fundamental e erradicação do analfabetismo). Porém, esses avanços (apesar de imprescindíveis) não foram suficientes para garantir que os índices e estatísticas de analfabetismo e da falta de acesso à escola tivessem reduções significativas.

Em 2000 a UNESCO promoveu uma avaliação dos progressos alcançados com a Conferência de Jomtien, esse processo aconteceu por etapas onde primeiramente foi realizada a avaliação de cada país e depois de cada continente através de uma conferência preparatória que deu origem posteriormente ao Fórum Mundial sobre Educação de Dakar em abril de 2000 (UNESCO, 2001, p.70).

A Conferência de Dakar surgiu como uma espécie de complemento a realizada em 1990 (Jomtien), onde cada país (através dos resultados das avaliações) deveria dar continuidade ao trabalho já começado na busca pelas metas anteriormente elencadas. Porém, desta vez algumas modificações seriam feitas para que se pudesse dar seguimento ao processo já iniciado. Com base em relatórios pode-se avaliar os avanços e identificar as deficiências ocorridas na última década. No Brasil, a principal meta era a de garantir a educação como um direito de todos sendo esta uma condição para a cidadania.

A partir da Conferência de Dakar, algumas estratégias foram modificadas e alguns compromissos reafirmados, como a descentralização das responsabilidades, dando autonomia aos estados de desenvolver ou fortalecer planos nacionais (até 2002) e alcançar as metas previstas com o compromisso coletivo de buscar estratégias bem fundamentadas. Feitas as alterações necessárias deu-se início a um novo processo de estratégias e ações, baseado sim em propostas antigas, porém com um novo olhar sobre o que se buscava, baseado em princípios de equidade, igualdade e coletividade. Pois: “A Educação para Todos implica o envolvimento e o compromisso de todos com a Educação.”

Contudo, a análise da situação brasileira pós-conferência no que se refere a educação e o alcance das metas e objetivos estabelecidos, apresentada pelo Relatório de Monitoramento de Educação para Todos (2008) mostrou que a situação ainda é bastante preocupante e que apesar dos resultados obtidos, o Brasil caminha ainda de forma muito lenta quando se trata da redução da taxa de analfabetismo e das desigualdades de oportunidades. Esse relatório permitiu ainda que se fizesse uma análise interna dos problemas e desafios enfrentados e, posteriormente se implantasse melhores estratégias para solucioná-los.

O que se pode perceber é que por trás de ações ligadas ao acesso à educação básica de qualidade, estavam mascarados interesses econômicos e políticos, onde as propostas antes baseadas nos valores constitucionais de “educação para todos” tornaram-se alvo de interesses individuais e não mais coletivos. Os percentuais da falta de acesso à escola e de analfabetismo funcional tornaram-se apenas estatísticas e metas a serem cumpridas, mais uma vez os reais propósitos de assegurar a aprendizagem mínima dos conteúdos, com acesso as novas tecnologias, aos meios de comunicação e outros tipos de acesso à informação foram esquecidos no papel. Sabe-se portanto, que apesar da magnífica proposta levantada na conferência, os objetivos de assegurar uma educação de qualidade para todos e que garanta as aprendizagens mínimas para a vida ainda é um desafio.

Esses conceitos mercadológicos e economicistas, presente nas grandes corporações por trás dos compromissos da Conferência Mundial de Educação para Todos e que acabaram afastando os olhares do que realmente se almejava, permaneceram por muito tempo ligados à educação, o que pode ser percebido nos governos posteriores às Conferências de Jomtien e Dakar até os dias atuais em meio a sociedade capitalista o que tratarei no capítulo posterior.

1.2 O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002)

Em 1995, assume o governo federal o presidente Fernando Henrique Cardoso, que, em meio aos compromissos educacionais assumidos a partir da EPT dedicou seu governo ao ensino base, visando um maior investimento e garantindo a estabilidade econômica. O presidente FHC, embasado em proposta neoliberal¹ buscou criar mecanismos de participação popular que levaram à descentralização de poder, recursos e responsabilidades aos entes federados.

Essa característica democrática da sociedade culminou em diversas reformas educacionais que focalizavam a gestão por meio da descentralização administrativa, financeira e pedagógica buscando promover um maior acesso à educação básica. Essas reformas resultaram na criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e ainda, na implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

¹ Segundo ANDERSON (1995) o Neoliberalismo surgiu como “as bases de um movimento de resistência ao ideário do welfare state (Estado de Bem-estar), de defesa de supremacia do mercado e de luta anticomunista, dando origem mais tarde ao neoliberalismo.

Dentre as políticas educacionais voltadas à educação básica, essa nova organização educacional culminou na criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96).

Essa aproximação entre o governo federal e seus entes federativos através do repasse de ações e responsabilidades gerou uma imagem fragmentada do poder, onde medidas provisórias surgiam a todo instante, as quais visavam atender à parcelas bem definidas da população por meio de programas assistenciais, sociais e educativos.

De políticas inicialmente orientadas ao atendimento universal, passou-se a persecução de públicos alvos específicos. Tal orientação, no contexto das reformas de Estado na América Latina, encontra justificativa na necessária focalização do gasto social nos grupos mais vulneráveis, trazida pelas políticas de ajuste estrutural, o que levou a adoção generalizada, nesses governos, de medidas de alívio à pobreza (SALAMA; VALIER, 1997).

Essa imagem retratou a dispersão das inúmeras políticas públicas e educacionais desse governo e sua evidente fragmentação, que o distanciaram do foco inicial proposto, o da criação de um sistema de educação integrado e linear.

1.3 O governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010):

Os primeiros anos de governo do presidente Lula foram muito mais de permanências do que de rupturas, seguia a descontinuidade e a fragmentação o que permaneceu praticamente em todo o primeiro mandato, que deteve-se muito mais na criação de programas sociais e assistenciais para atender as demandas das classes mais pobres do que ações que assegurassem o cumprimento da igualdade de direitos prevista na Constituição de 1988.

Os programas sociais implementados pelo governo Lula no primeiro mandato podem ser considerados em grande parte como assistenciais ou compensatórios. Orientados pela mesma lógica do governo que o antecedeu, muitos programas sociais foram desenvolvidos tendo como público alvo os mais pobres, os miseráveis, os que se encontravam abaixo da linha da pobreza. (OLIVEIRA, 2009).

Uma das primeiras estratégias voltadas à educação lançada no governo Lula foi a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em complementação ao PNE, traçando e ampliando metas, e, buscando uma reorientação do governo que ao invés de fragmentar poderes e responsabilidades, buscou uma maior participação dos entes federativos com o governo federal apelando para a “responsabilização e mobilização de todos os agentes públicos

envolvidos com a educação.” (BRASIL, 2008). Por sua vez, o MEC instaurou um regime de colaboração que partilhasse responsabilidades e competências e que fizessem subir os indicadores, principalmente relacionados a Educação Básica.

Por meio do Programa de Ações Articuladas (PAR), o governo federal buscou a adesão dos municípios em uma política orientada pelos índices da Educação Básica, cuja referência utilizada foi o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007 e que passou a ser a principal referência do governo em relação a qualidade da educação. Com base em uma escala que vai de zero a dez, o índice foi elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o qual fixou média seis como meta a ser alcançada até 2022 com base nos índices dos países desenvolvidos.

Com base nos indicadores do IDEB, o MEC passou a oferecer apoio técnico e financeiro aos municípios com índices inferiores referentes à qualidade da educação, esse apoio deu-se pela adesão ao “Compromisso Todos pela Educação”. O MEC procurou ainda, reunir os programas e implementar uma política através da orientação, integração e estabilidade da organização da educação nacional.

Além das medidas tomadas na educação básica, através do PDE, foram muitas as ações realizadas no ensino superior, buscando a qualificação dos profissionais e a ampliação da qualidade da educação através da expansão e interiorização do ensino superior, acesso e permanência, e, aumento dos cursos e vagas em programas de pós-graduação possibilitadas com programas como o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e o PROUNI (Programa Universidade Para Todos).

1.4 O governo de Dilma Rousseff (2011 – até a atualidade)

O primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff não foi diferente, teve a palavra de ordem a “continuidade”. Desta forma, o Brasil segue rumo aos seus objetivos de unificação das políticas educacionais pautadas em uma mesma direção, a da qualidade da educação brasileira. Após um período de tramitação, e, visando garantir que a proposta adotada no PDE pelo governo Lula estivesse garantida como plano de estado e não somente de governo, a presidenta Dilma Rousseff, sancionou em 25 de junho de 2014, através da Lei nº 13.005 o novo Plano Nacional de Educação, após 3 anos de tramitação no Congresso Nacional.

A aprovação do PNE trouxe à tona alguns questionamentos como: se o antigo PNE não trouxe os resultados esperados em relação à qualidade da educação, o novo PNE conseguirá?

Porque persistir em uma proposta antiga se os objetivos elencados não foram alcançados? O que difere o novo PNE do antigo?

Em resumo à esses questionamentos, o novo plano foi elaborado de maneira que contemple os desafios antigos (a erradicação do analfabetismo e a ampliação do acesso à Educação Infantil e ao Ensino Médio), mas também traga algumas novas estratégias baseadas no que não foi alcançado anteriormente e nos problemas enfrentados, para que desta vez se obtenha os rendimentos esperados.

1.5 O que realmente mudou nas duas últimas décadas (1995-2015)

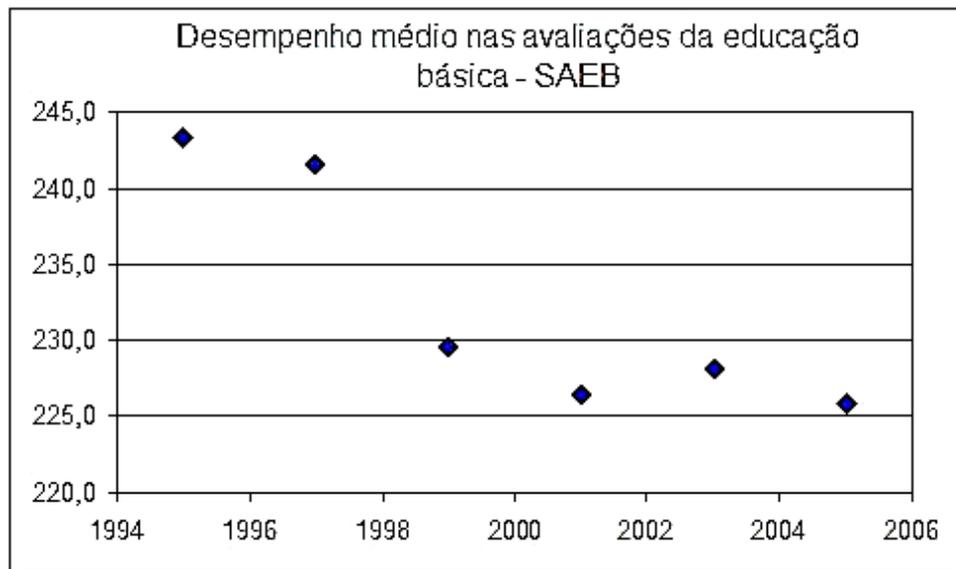
O que se pode perceber é que a maioria das políticas destes governos que se dizem voltadas à “qualidade” tem raízes em conceitos relacionados à “quantidade”. Em meio esta avalanche numérica e estatística surgem alguns questionamentos como: o que realmente se está buscando: qualidade ou quantidade? A legislação nacional e/ou estadual vigente condiz com a realidade dos municípios menores, por exemplo? São criadas as condições necessárias para que tais leis e metas sejam cumpridas? Os sistemas educacionais possuem recursos humanos e materiais suficientes para atender a essas demandas? Onde fica a autonomia e a corresponsabilidade dos entes federados?

O grande problema é que nem sempre há um compromisso com a qualidade nessas políticas, e a preocupação de seus elaboradores está muito mais voltada à ordem quantitativa do que qualitativa (RIBEIRO, 1998). É curioso perceber que, além disso, a educação sempre está presente nos discursos políticos como item essencial para a transformação do país, mas nunca recebeu, por parte dos governantes em questão, os investimentos necessários para substanciais transformações (SAVIANI, 2008).

Esta difícil missão percorre os sistemas públicos e educacionais como um fantasma e leva à educadores e gestores o complexo trabalho de se ajustar ao que está lhes sendo imposto. Segundo Maura Costa Bezerra e Magna França (2009): “não basta que a qualidade do ensino esteja na agenda dos formuladores de políticas públicas, é preciso a implementação de ações que a viabilize”.

Um exemplo claro do que discuto aqui é o que ocorreu na segunda metade da década de 1990, onde as taxas de matrícula e conclusão do Ensino Fundamental e Médio aumentaram significativamente, porém esse aumento ocorreu sem que fossem fornecidos ao sistema educacional os meios necessários para atender ao aumento do número de estudantes, ou seja, contratação de um número maior de profissionais e recursos materiais pra equipar e manter as

escolas. Inevitavelmente nos anos posteriores as taxas por hora acrescidas voltaram a cair como mostra o Gráfico 1 a seguir sobre o Desempenho Médio nas avaliações realizadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB:



O desafio que se apresenta é o encontrar estratégias e meios viáveis dentro das possibilidades de cada contexto para que as melhorias propostas pelas legislações educacionais de fato se concretizem.

A implementação do novo PNE (discutida anteriormente) está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) em seu artigo 87, o qual incumbe que a União no prazo de um ano, deve encaminhar ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação (PNE), com diretrizes e metas para dez anos. O desafio ainda maior está descrito no artigo 88, desta mesma lei, que determina aos Estados, Distrito Federal e Municípios a elaboração de um plano decenal com base nos termos do PNE.

O que se espera é que o novo PNE possa ultrapassar as barreiras já enfrentadas e, com o compromisso de todos (união, estados e municípios) concretizar o ideal de universalização da educação básica e a melhoria da qualidade da educação brasileira como um todo.

2. A BUSCA PELA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DO ÂMBITO NACIONAL AO MUNICIPAL: O DESAFIO NA CONSTRUÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO

Partindo do ideal de redemocratização da educação visando a qualidade da mesma, como já mencionado no capítulo anterior, em 25 de junho de 2014 foi sancionado o novo PNE. O ponto de partida foi a mobilização de educadores e gestores públicos de várias esferas que se reuniram em conferências municipais e estaduais para discutir a base do documento. Após, essas conferências, as propostas foram discutidas por cerca de 3 mil representantes de todas as regiões do país na Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada entre os dias 28 de março e 1º de abril, em Brasília.

A principal característica que difere essa estratégia das demais realizadas até então, é que o PNE é decenal, ou seja, ultrapassa governos e, conseqüentemente, situações políticas, sociais e culturais. Para isso, precisou ser elaborado de forma que atendessem as necessidades e peculiaridades da união, estados e municípios, o que por sua vez tornou-o um importante documento e também um grande desafio.

Diante do desafio mencionado acima, a estratégia lançada posteriormente à elaboração do plano nacional, previu que o governo de cada estado também elaborasse e encaminhasse seus planos à sua Casa Legislativa e os municípios, por sua vez, fizessem o mesmo encaminhando-o a Câmara de Vereadores para ser aprovado e transformado em lei municipal. Enfim, essa estratégia foi de grande valia, pois, cada estado e município teria a responsabilidade e, principalmente, a autonomia necessária para criar seus planos partindo de suas próprias necessidades e com a cara de cada região.

Para o cidadão, o PNE e os planos de educação do estado e do município onde ele mora devem formar um conjunto coerente, integrado e articulado para que seus direitos sejam garantidos e o Brasil tenha educação com qualidade e para todos. (BORDIGNON; GRACINDO, 2004, p. 318)

Os planos reforçam ainda os ideais de gestão democrática, coletividade, autonomia, responsabilidade e participação já presentes em outras épocas e governos.

Sobre a gestão democrática é importante ressaltar que:

[...] a gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é vivenciada. [...] Essa nova forma de administrar a educação constitui-se

num fazer coletivo, permanentemente em processo, processo que é mudança contínua e continuada, mudança que está baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento, os quais, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem, também, a finalidade da escola. (BORDIGNON; GRACINDO, 2004, p.147)

Essas mudanças organizacionais e de paradigmas da gestão visando a qualidade da educação brasileira é exatamente o que pressupõe a criação dos planos, uma nova maneira de se pensar a educação, as relações e os atores sociais envolvidos nesse processo de fazer coletivo.

2.1 Conhecendo o Plano Nacional de Educação e suas metas

O Plano Nacional de Educação – PNE, de caráter decenal culminou no estabelecimento de 20 metas que abrangem todas os níveis de escolarização, desde a educação infantil até a educação superior.

[...] as metas são orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania. A elaboração de um plano de educação não pode prescindir de incorporar os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão e à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias. (MEC/SASE, 2014)

Esses compromissos presentes em cada uma das 20 metas foram pensados e debatidos na CONAE. Neste capítulo portanto, procurarei descrever um pouco sobre as metas do plano nacional para entendermos melhor os objetivos em questão fazendo comparações com a situação atual (entre 2012 e 2015), baseadas nos dados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)².

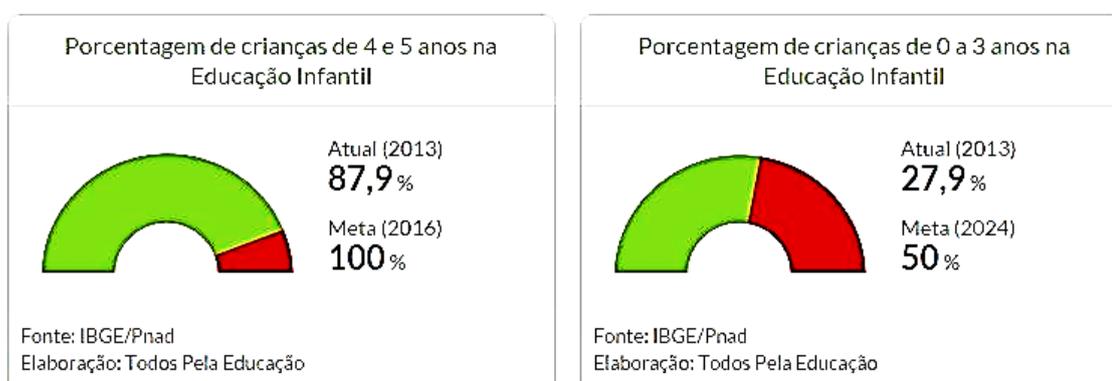
2.1.1 Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

² [...] uma pesquisa por amostra probabilística de domicílios, de abrangência nacional, planejada para atender a diversos propósitos. Visa produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País e permitir a investigação contínua de indicadores sobre trabalho e rendimento. A PNAD Contínua segue um esquema de rotação de domicílios. Isso significa que cada domicílio selecionado será entrevistado cinco vezes, uma vez a cada trimestre, durante cinco trimestres consecutivos. (IBGE, 2015). Todos os gráficos abaixo estão disponíveis em: <http://www.observatoriodopne.org.br/pne/linha-do-tempo> e foram acessados em: 17 out. 2015.

A meta 1 refere-se à Educação Infantil, prevendo que 100% das crianças de 4 e 5 anos sejam atendidas em pré-escolas, porém a situação registrada em 2013 (Pnad) mostra que 700 mil crianças continuam fora da escola, o que representa 87,9% de matrículas apenas, como mostra o Gráfico 2.

Quanto ao atendimento das crianças de 0 a 3 anos, a situação ainda é mais preocupante, sendo que apenas 27,9% das crianças estão matriculadas em creches e que 2,5 milhões de crianças, estão fora delas, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 2 – Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil / Gráfico 3 – Porcentagem de crianças de 0 e 3 anos na Educação Infantil



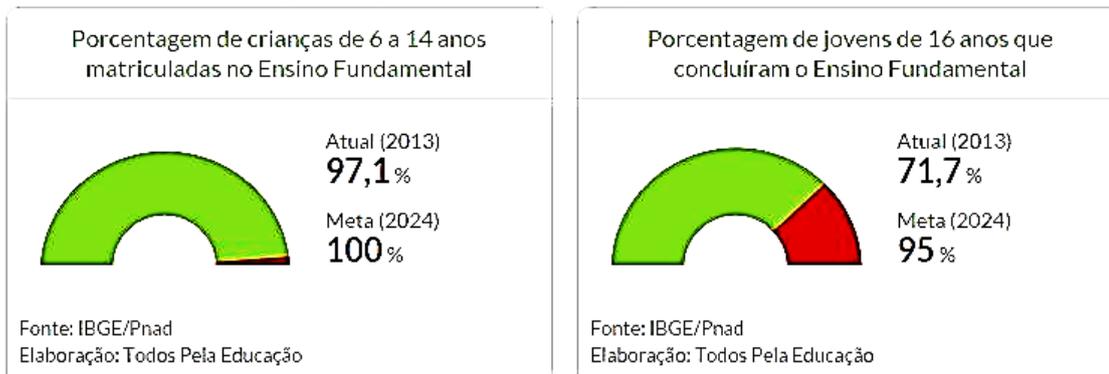
FONTE: (<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne>)

2.1.2 Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

A meta 2 diz respeito ao Ensino Fundamental, propondo também a universalização, ou seja, atendimento de 100% dos jovens de 6 a 14 anos, porém os números já se aproximam bastante do ideal sendo que 97,1% dos jovens já se encontram matriculados, conforme Gráfico 4.

Contudo, a garantia de 95% de concluintes na idade correta desta etapa está longe de ser alcançada como mostra o Gráfico 5, sendo que apenas 71,7% dos jovens cumprem essa meta. Para aumentar o índice de concluintes muitas mudanças precisam ser realizadas deste estruturais, até dos conteúdos e avaliações aplicados.

Gráfico 4 – Percentagem de crianças de 6 a 14 anos matriculadas no Ensino Fundamental
 Gráfico 5 – Percentagem de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

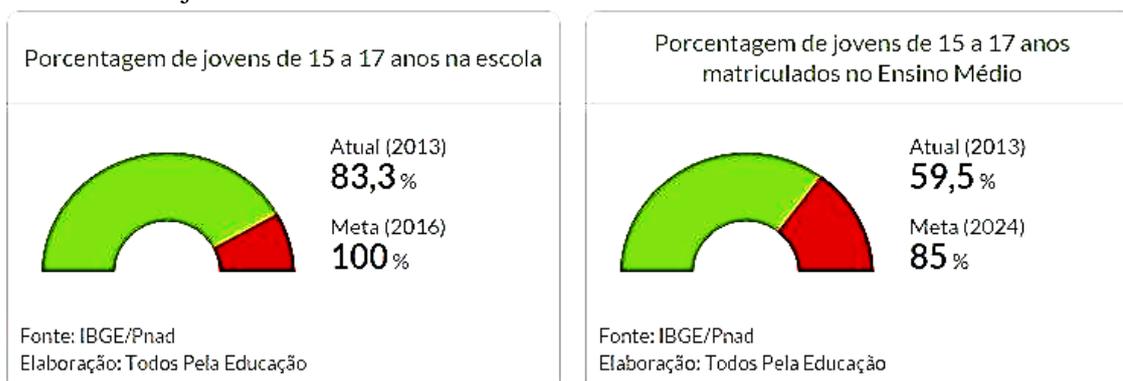


FONTE: (<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne>)

2.1.3 Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

A meta 3 alude o Ensino Médio, buscando universalizar este atendimento, porém 83,3% dos jovens encontram-se na escola (conforme Gráfico 6), mas em outros níveis de ensino o que remete a meta anterior de conclusão na idade certa. Há apenas 59,5% dos jovens matriculados no EM, longe da meta de 85% (conforme Gráfico 7).

Gráfico 6 – Percentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola / Gráfico 7 – Percentagem de jovens de 15 e 17 anos matriculados no Ensino Fundamental



FONTE: (<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne>)

2.1.4 Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A meta 4 cita as crianças e jovens com deficiência, transtornos globais, altas habilidades ou superdotação, ou seja, a Educação Especial, contudo, o Pnad/IBGE não obteve indicadores para esta meta, porque se refere as crianças e jovens em escolas especiais e também na rede regular do ensino. O que sabemos é que nos últimos tempos, a Educação Inclusiva tem ganhado força e os alunos com deficiência estão cada vez mais integrados às turmas regulares.

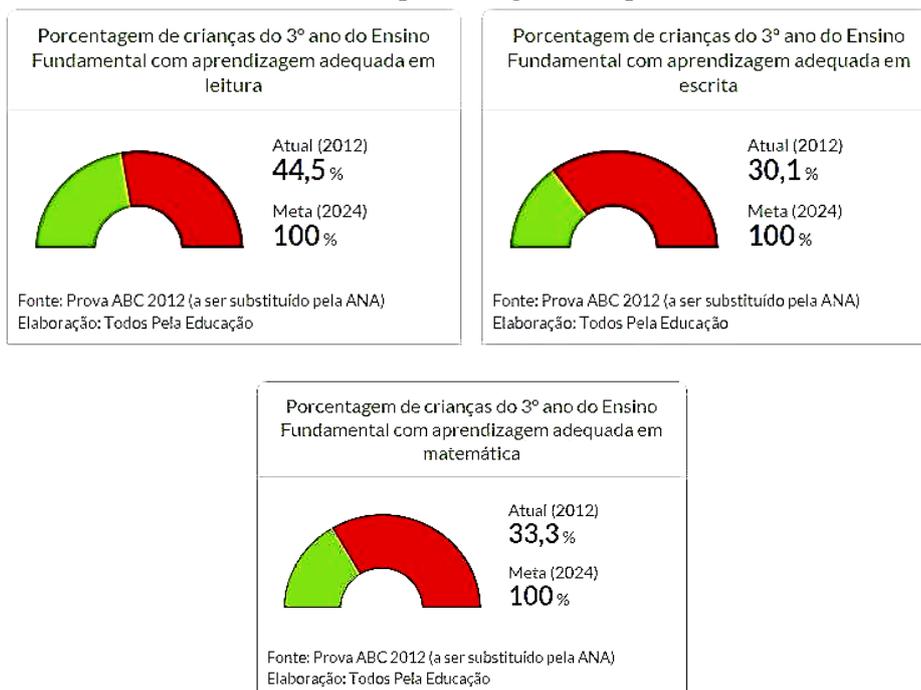
2.1.5 Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

A meta 5 faz referência ao processo de alfabetização que segundo Soares é:

Alfabetização é dar acesso ao mundo da leitura. Alfabetizar é dar condições para que o indivíduo – crianças ou adultos – tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, enquanto habilidades de decodificação e codificação do sistema de escrita, mas, e, sobretudo, de fazer uso real e adequado da escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade e também como instrumento na luta pela conquista da cidadania plena. (SOARES, 1998, p.33).

A alfabetização, encontra-se no PNE de maneira bastante audaciosa se comparada aos números obtidos em 2012 pelo Pnad (Gráficos 8, 9 e 10). Entretanto, se o trabalho realizado com essas crianças for conciso e sistemático, há uma chance de essa meta ser alcançada.

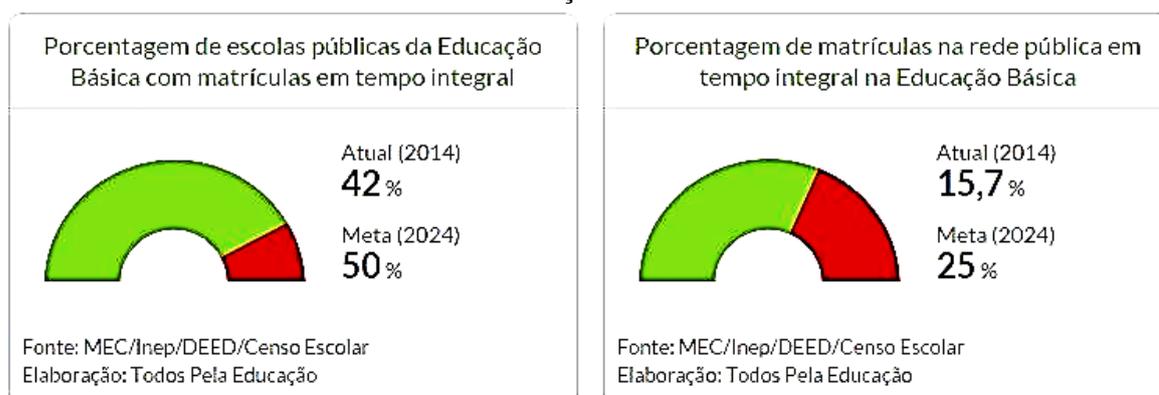
Gráfico 8 – Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em leitura / Gráfico 9 – Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em escrita / Gráfico 10 – Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em matemática



2.1.6 Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

A meta 6 menciona o grande desafio atual que é a Educação Integral, em meio as dificuldade de oferecimento de vagas, falta de estruturas físicas, recursos humanos e materiais, entre outros. Esse desafio pode ser visivelmente observado na pesquisa realizada no ano passado (2014) como mostra os Gráficos 11 e 12 a seguir:

Gráfico 11 – Porcentagem de escolas públicas da Educação Básica com matrículas em tempo integral / Gráfico 12 – Porcentagem de matrículas na rede pública em tempo integral na Educação Básica



FONTE: (<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne>)

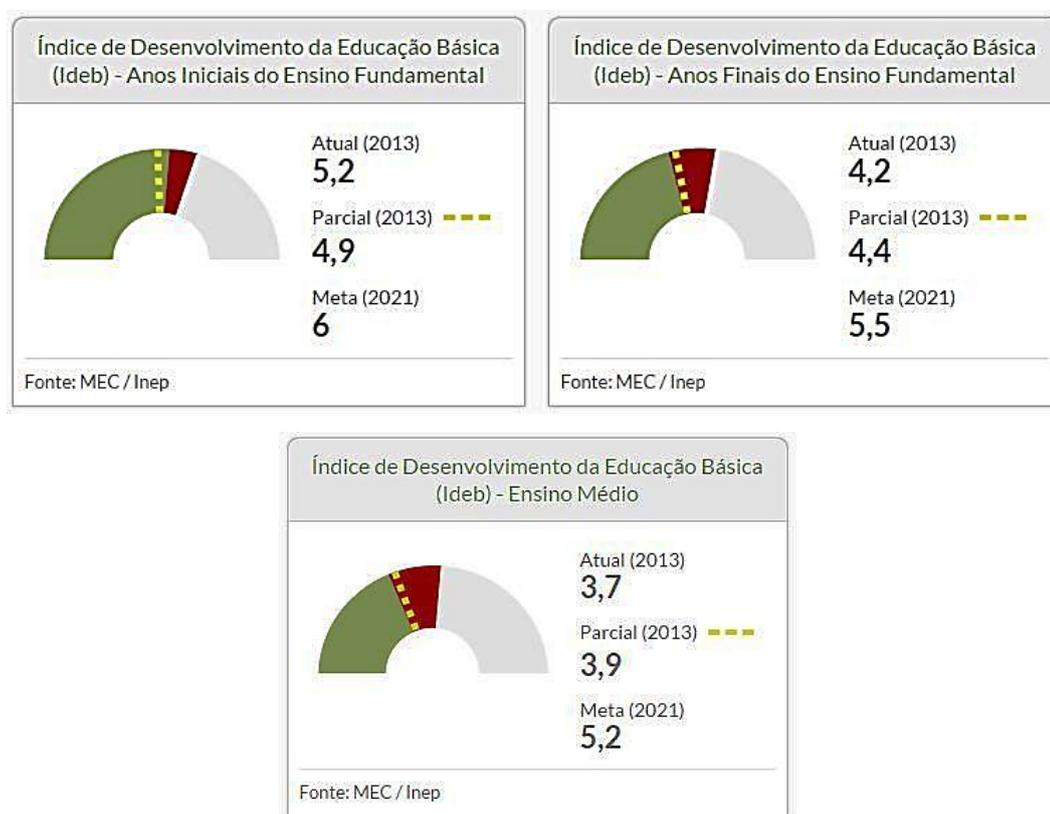
2.1.7 Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Como já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, as avaliações e metas referentes a estatísticas e ideais pré-definidos são sempre bastante desafiadores. Esse desafio está muito presente na meta 7, a qual prevê uma melhora “geral” na qualidade da educação nos níveis fundamental e médio com o objetivo de atingir as notas do Ideb, que segundo o Ministério da Educação é:

[...] o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. (MEC, 2007).

Os indicadores do ano de 2014 podem ser observados nos Gráficos 13, 14 e 15 a seguir:

Gráfico 13 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental / Gráfico 14 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Anos Finais do Ensino Fundamental / Gráfico 15 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Ensino Médio

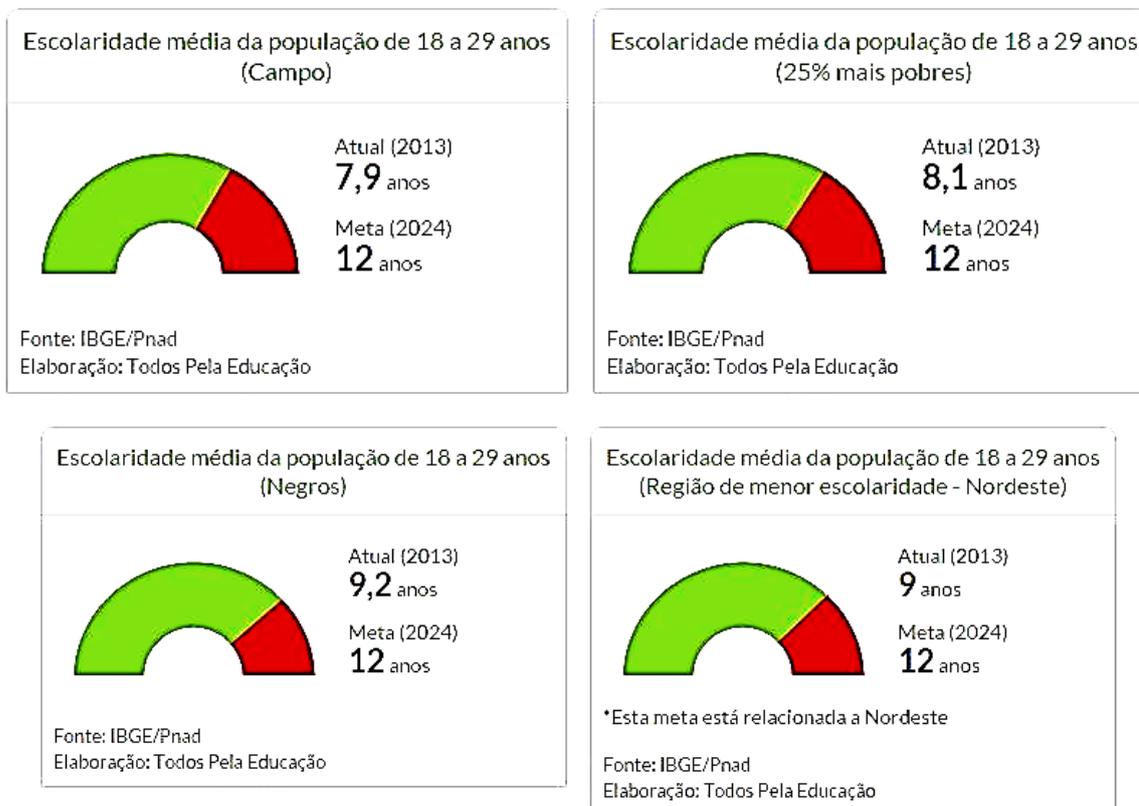


FONTE: (<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne>)

2.1.8 Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A meta 8, diz respeito a elevação do número de anos de escolaridade da população de 18 a 29 anos conforme algumas camadas da população, deixando para trás os indicadores do ano de 2013, apresentados nos Gráficos 16 a 19, abaixo:

Gráfico 16 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos (Campo) / Gráfico 17 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos (25% mais pobres) / Gráfico 18 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos (Negros) / Gráfico 19 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos (Região de menor escolaridade – Nordeste)



FONTE: (<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne>)

2.1.9 Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

A meta 9 faz referência a alfabetização e ao analfabetismo funcional, este último traz números surpreendentes. No Censo realizado em 2010, aproximadamente 14 milhões de brasileiros se declararam analfabetos, realidade esta que é bastante chocante, levando em conta as enormes dificuldades dessa população desde seu deslocamento até as atividades mais simples do dia-a-dia.

Os números levantados pelo Pnad em 2013 mostram que a taxa de alfabetização é de 91,5% e a de analfabetismo funcional (dados de 2011) é de 27% (conforme os Gráficos 20 e 21).

Gráfico 20 – Taxa de alfabetização / Gráfico 21 – Taxa de analfabetismo funcional

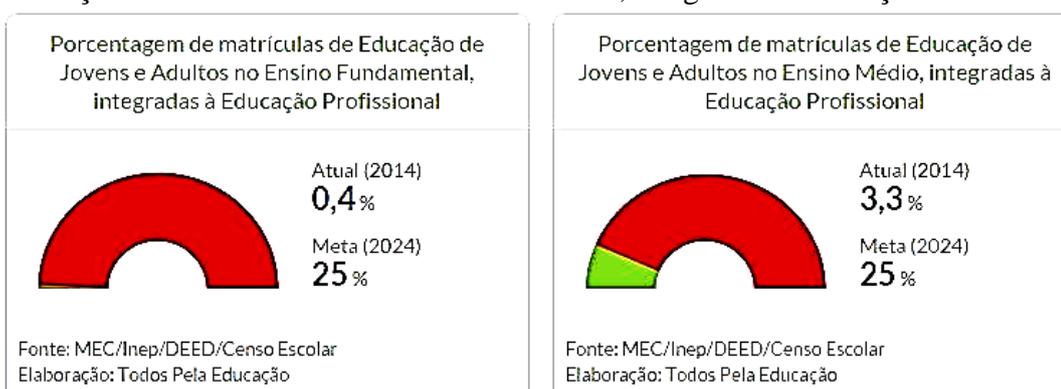


FONTE: (<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne>)

2.1.10 Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

A Educação de Jovens e Adultos ligada à educação profissional é tema da meta 10, sendo também um dado alarmante. A meta propõe 25% de matrículas, mas a realidade é bastante distinta segundo os Gráficos 22 e 23.

Gráfico 22 – Porcentagem de matrículas de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental, integradas à Educação Profissional / Gráfico 23 – Porcentagem de matrículas de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio, integradas à Educação Profissional



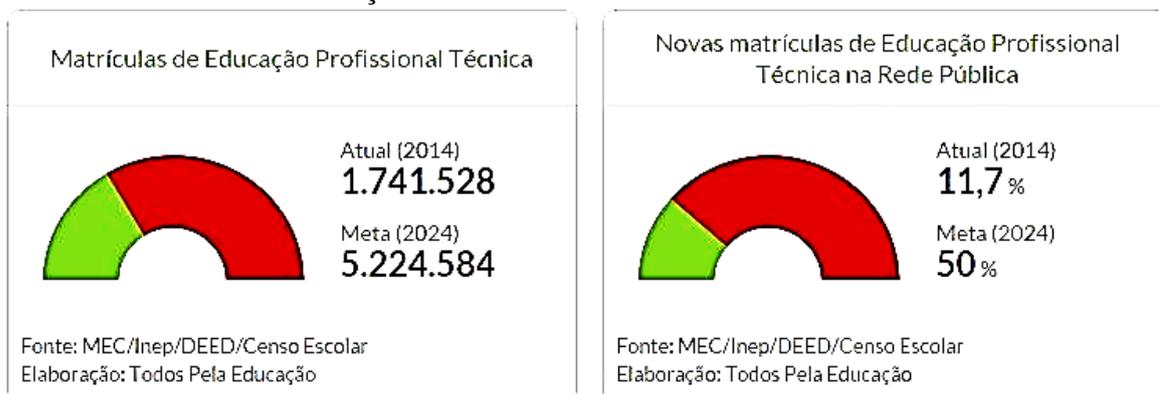
FONTE: (<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne>)

2.1.11 Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Ainda sobre a educação profissional temos a meta 11 que menciona as matrículas no nível médio técnico, a qual sugere a oferta pública de 50%. O número em 2014 foi de 1.741.528

matrículas, sendo a proposta triplicar esse número. Outra estatística colhida pelo Censo escolar e Inep são as novas matrículas na rede pública exibidas nos Gráficos 24 e 25:

Gráfico 24 – Matrículas de Educação Profissional Técnica / Gráfico 25 – Novas matrículas de Educação Profissional Técnica na Rede Pública

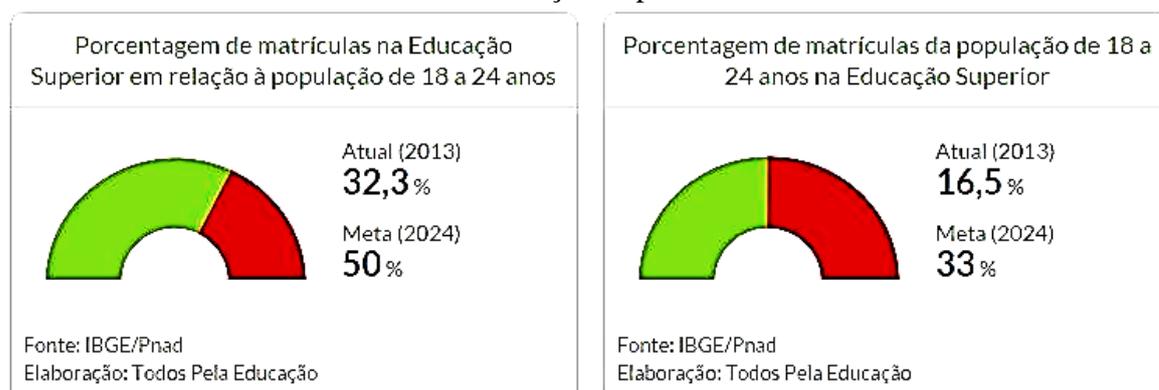


FONTE: (<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne>)

2.1.12 Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

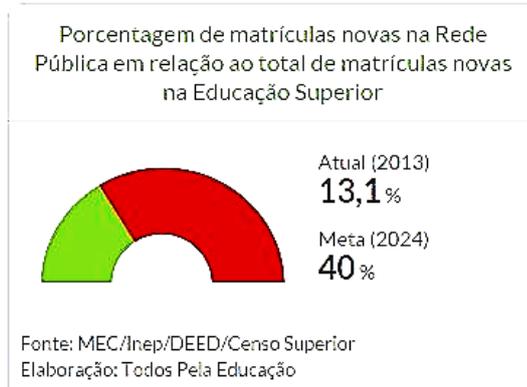
A Educação Superior também está presente nas metas do novo PNE, sendo a meta 12 referente as matrículas nessa etapa de ensino. O Gráfico 26 mostra o número total de matrículas na graduação, mestrado e doutorado, já o Gráfico 27 mostra o número de matrículas apresenta no gráfico anterior em relação à população nesta mesma faixa etária (de 18 a 24 anos). E, ainda, o Gráfico 28, mostra o total de vagas criadas entre 2012 e 2013. Vamos aos gráficos:

Gráfico 26 – Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos / Gráfico 27 – Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior



FONTE: (<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne>)

Gráfico 28 – Porcentagem de matrículas novas na Rede Pública em relação ao total de matrículas novas na Educação Superior



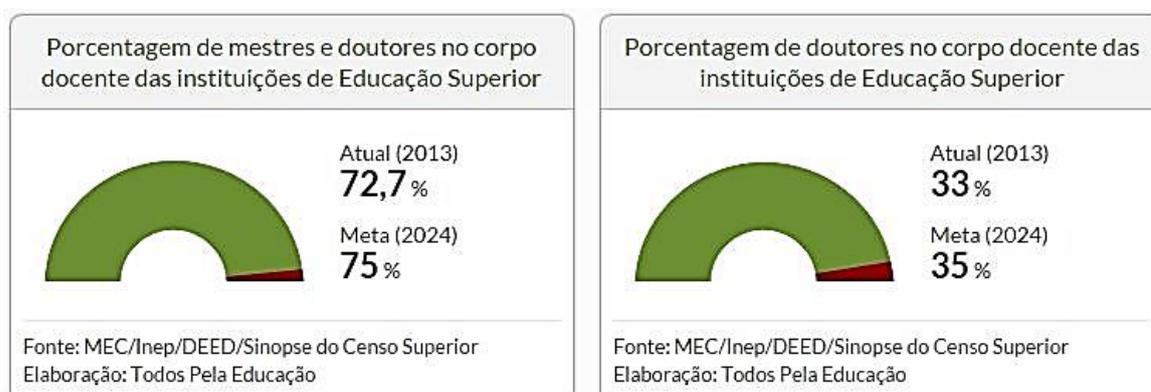
FONTE: (<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne>)

2.1.13 Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Ainda em relação ao Ensino Superior, a meta 13 menciona a ampliação do número de mestres e doutores para 75% e o mínimo de 35% de doutores. Essa meta implica também na melhoria da qualidade das aulas ministradas e da formação em nível superior, portanto se faz de extrema importância no PNE.

Os indicadores atuais detalhados nos Gráficos 29 e 30 abaixo, demonstram que apesar das dificuldades essa meta apresenta-se bastante viável em relação as outras.

Gráfico 29 – Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente das instituições de Educação Superior / Gráfico 30 - Porcentagem de doutores no corpo docente das instituições de Educação Superior



FONTE: (<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne>)

2.1.14 Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Diante do número de mestres e doutores apresentados no gráfico acima, a ampliação das matrículas na pós-graduação, tratada na meta 14, surge como uma opção bastante essencial para o alcance dessas duas metas (13 e 14). Os gráficos abaixo mostram os números de mestres (Gráfico 31) e doutores (Gráfico 32) titulados.

Gráfico 31 – Número de mestres titulados / Gráfico 32 – Número de doutores titulados



FONTE: (<http://www.observatoriodopne.org.br/metlas-pne>)

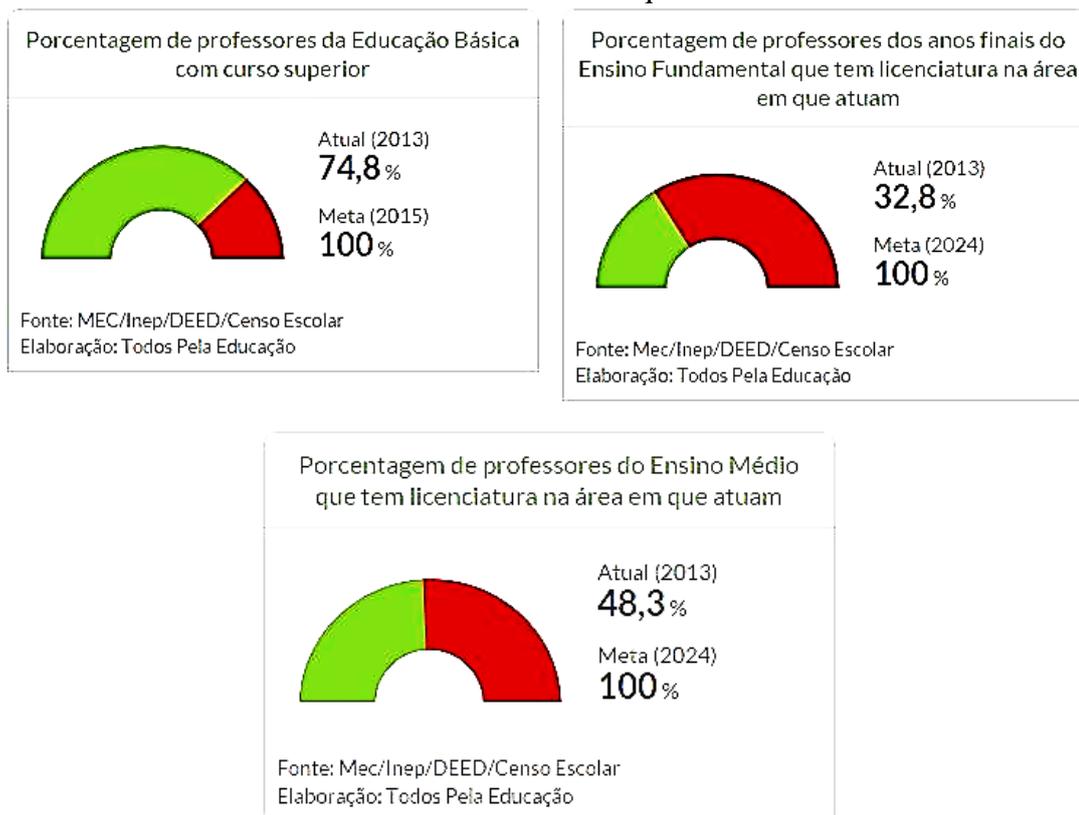
2.1.15 Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Ainda sobre a formação dos professores a meta 15 propõe que todos os professores, no prazo de 1 ano, tenham formação em nível superior na área específica e curso que atuam.

Sabemos que essa realidade é bastante preocupante, pois como já vimos nos gráficos anteriores é que o número de professores vem caindo a cada ano. Um exemplo bem presente nas escolas é o professor de Português, por exemplo, lecionando Artes, o de Matemática ministrando Ensino Religioso e assim por diante, sem qualquer formação. Esse “tapa-buraco” é tão comum que a maioria dos estudantes não opta por determinados cursos pela falta de valorização do mesmo, além disso, professores recém-formados nessas áreas estão desempregados, pois suas vagas estão sendo preenchidas por quem tem carga horária sobrando.

Os Gráficos 33, 34 e 35 retratam a porcentagem de professores com curso superior na Educação Básica, e após, os professores formados na sua área de atuação nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Gráfico 33 – Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior / Gráfico 34 – Porcentagem de professores dos anos finais do Ensino Fundamental que tem licenciatura na área em que atuam / Gráfico 35 – Porcentagem de professores do Ensino Médio que tem licenciatura na área em que atuam

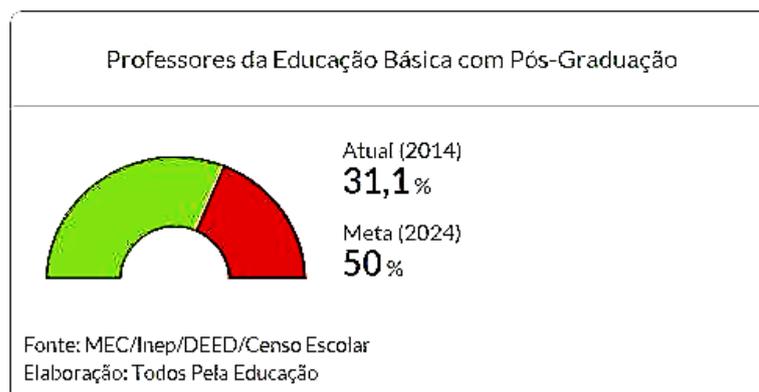


FONTE: (<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne>)

2.1.16 Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Segundo dados do Censo escolar (Gráfico 36), apenas 30% dos professores da Educação Básica possuem pós-graduação, a meta 16 porém prevê que 50% desses profissionais matriculem-se nesses cursos e invistam na formação continuada.

Gráfico 36 – Professores da Educação Básica com Pós-Graduação



FONTE: (<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne>)

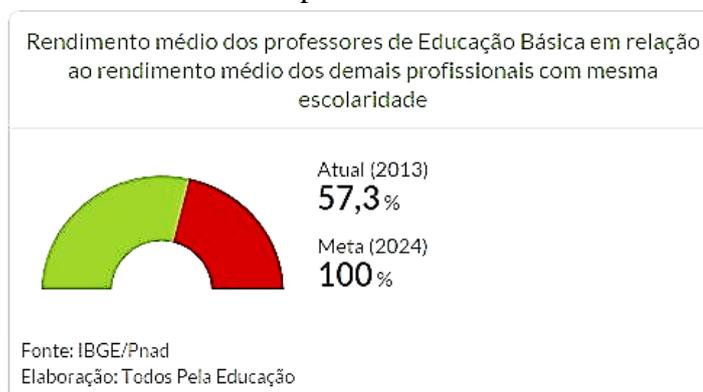
2.1.17 Meta 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

A meta 17, faz uma relação entre a valorização dos profissionais da educação e o seu rendimento médio, comparado ainda aos demais profissionais com a mesma formação.

A luta por melhores salários sempre foi uma reivindicação frequente dos profissionais da educação, o que se busca é uma equivalência entre os salários dos professores ao seu nível de formação, assim como uma maior valorização da classe.

O Gráfico 37 apresenta essa relação entre o rendimento médio dos professores em relação aos demais profissionais com o mesmo nível de formação.

Gráfico 37 – Rendimento médio dos professores de Educação Básica em relação ao rendimento médio dos demais profissionais com a mesma escolaridade



FONTE: (<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne>)

2.1.18 Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para

o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

A meta 18 não possui indicadores, porém o que se almeja é a elaboração dos planos de carreira em todos os sistemas de ensino, buscando referenciá-lo ao piso salarial nacional que já está implicado na meta anterior de valorização desses profissionais.

2.1.19 Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

A gestão democrática presente na meta 19 e já citada acima neste trabalho, é uma constante luta da educação brasileira. O que se pode identificar é que essa garantia de direito e autonomia na tomada de decisões, é cada vez mais necessária na sociedade em que vivemos, na solução de outro problema ainda maior a desigualdade social e de oportunidades. Esse ideal de gestão democrática é o passo inicial dado pela educação na construção de sujeitos críticos e comprometidos com a realidade em que vivem tornando-os atores sociais.

2.1.20 Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Se a meta 19 traz à tona a gestão democrática, a meta 20 menciona os investimentos em educação que são também fundamentais para se alcançar o que se almeja com o plano nacional. É fundamental oferecer recursos humanos, estruturais e, principalmente, financeiros às instituições e governos para que possam investir em educação.

2.2 O desafio

Diante das 20 metas apresentadas do Plano Nacional de Educação, seus indicadores atuais e o tempo determinado ao cumprimento dessas responsabilidades o que se têm é um grande e imprescindível desafio. Temos bastante a comemorar com a aprovação do Plano Nacional, porém agora o trabalho depende:

[...] da elaboração ou adequação dos Planos dos 26 estados, do Distrito Federal e dos 5.570 municípios ao novo PNE. Contudo, estados e municípios tinham nas mãos também grandes desafios, mas também importantes ferramentas para a melhoria da

qualidade da educação não só nas suas regiões mas do Brasil como um todo. (MEC/SASE, 2014)

2.2.1 O Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul

Posteriormente a efetivação do Plano Nacional, o próximo passo refere-se a criação dos Planos Estaduais.

No caso do estado do Rio Grande do Sul, o plano foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação em dezembro de 2014 atendendo as propostas do PNE.

Segundo o governador José Ivo Sartori, os planos representam um desafio em âmbito municipal, estadual e nacional, porém conforme ele: “A educação é o caminho para o enfrentamento dos problemas no futuro” (MEC, 2015).

Para a elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE), foi constituído um Fórum Estadual de Educação com representantes de 31 entidades ligadas ao tema. Segundo a presidente do Conselho Estadual Cecília Farias em entrevista ao site Sul21 (informação verbal)³, a meta mais difícil entre a opinião dos educadores é a que se refere a criação de 86 mil vagas na Educação Infantil e beneficiar crianças entre 4 e 5 anos.

Sancionado o Plano Estadual, o último desafio proposto é a construção dos Planos Municipais de Educação (PME), dos quais tratarei no quarto e último capítulo deste trabalho intitulado como: “Plano Municipal de Educação de Coqueiros do Sul: perspectivas e desafios para a comunidade Coqueirense”. Neste capítulo abordarei as especificidades que devem conter no PME, além das etapas para a sua construção. Ainda, de maneira especial, relatarei um pouco sobre as minhas experiências enquanto participante ativa desse processo de elaboração, os desafios enfrentados pelos gestores para adequar o Plano Nacional às expectativas e necessidades da educação Coqueirense, e as possíveis contribuições desse documento.

³ Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/desafios-para-implantar-plano-estadual-de-educacao-centralizam-debate-na-assembleia/>> Acesso em: 02 nov. 2015.

3. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE COQUEIROS DO SUL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A COMUNIDADE COQUEIRENSE

Partindo do desafio de elaborar seu próprio plano, os municípios devem criar estratégias para atingir as 20 metas propostas para todos os níveis (infantil, fundamental, médio e profissional) e setores educacionais (público e privado) em consonância as metas do Plano Nacional e Estadual de Educação. Porém, os Planos Municipais de Educação não deverão ser uma reprodução dos planos base, mas um diagnóstico onde devem ser consideradas as prioridades e necessidades de cada lugar.

Espera-se que os Planos Municipais sejam, realmente:

[...] um documento de estratégias e de políticas de educação que inclua a intenção de uma constante avaliação, à luz da Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, observando os princípios estabelecidos na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, interagindo com as metas definidas no Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172/2001, e no Plano Estadual de Educação (MEC, 2005, p. 25).

O processo de elaboração e implementação do Plano Municipal de Educação passa por diversas etapas e busca, entre outros objetivos, a participação coletiva, democrática e autônoma de todos os sujeitos envolvidos nos processos educacionais, ou seja, convida os profissionais da educação, os gestores educacionais e/ou municipais, os estudantes, os pais dos alunos e toda a comunidade em geral para participar e elaborar coletivamente esse importante documento que se constitui uma ferramenta para dirigir as práticas, as avaliações e os parâmetros do planejamento educacional em âmbito municipal.

Para Bordignon:

O plano municipal de educação é o instrumento de gestão para tornar efetiva a cidadania e a sociedade preconizada nas bases e diretrizes do Sistema Municipal de Educação. Quando o município não tem plano fica à mercê de ações episódicas que, mesmo planejadas caso a caso, representam improvisações. Sem plano não há visão de Estado nas ações, não há caminho a percorrer, mas apenas ao saber das circunstâncias de cada Governo. (BORDIGNON, 2009, p 92)

Outra questão que permeia a construção dos planos municipais é a de que estes devem transcender o período governamental, dando assim continuidade as práticas e estratégias já elencadas no plano decenal, independentemente dessa possível descontinuidade partidária.

Há ainda uma inversão, ao invés das políticas governamentais servirem como subsídios para a criação de políticas educacionais, as próprias estratégias educacionais oferecerão dados

e relatórios que poderão orientar a elaboração de políticas governamentais mais específicas e focadas nos problemas enfrentados na busca por uma educação de qualidade.

Contudo, a criação de uma plano que priorize as necessidades locais, contando com a participação efetiva da comunidade na elaboração de estratégias que melhor respondem aos problemas encontrados, faz do Plano Municipal de Educação uma importante ferramenta na busca por uma educação democrática e de qualidade para todos.

3.1 A construção do Plano Municipal: as 5 etapas

A construção e efetivação do Plano Municipal de Educação deve ser um processo de ampla participação e debate, além de envolver diferentes setores e entidade ligadas não só a educação, mas ao município como um todo.

Toda essa construção até se chegar ao produto final aprovado e tornado lei municipal passa por cinco etapas principais, segundo o Caderno de Orientações elaborado pelo Ministério da Educação – MEC e Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino – SASE (2014, p.9), que detalharei a seguir incluindo relatos da elaboração do PME de Coqueiros do Sul.

3.1.1 - Etapa 1 – Definir e distribuir responsabilidades

O primeiro passo para a construção do Plano Municipal de Coqueiros do Sul, foi criar e legitimar um Fórum Municipal de Educação, como agente articulador de todo o processo, o que inclui coordenar e planejar as reuniões, organizar os debates, redigir o texto oficial e enviá-lo as demais estâncias. Havendo um “Conselho Municipal de Educação, com poder normativo ou somente consultivo, é dele o papel primordial de inspirar, incentivar, cobrar e orientar todo o processo de elaboração, execução e avaliação do PME” (MONLEVADE, 2003, p. 44).

O Fórum Municipal de Educação eleito contou com a participação de representantes titulares e suplentes sendo: 2 representantes da Secretaria de Educação, 2 representantes da Secretaria de Administração, 2 representantes da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores, 2 Representantes do Conselho Municipal de Educação, 4 profissionais da educação, 2 estudantes e 2 pais de alunos.

Após eleito, esse conselho realizou diversos encontros para discutir, avaliar, pensar e elaborar o documento-base.

A Equipe Técnica deve desempenhar tarefas específicas, tais como: analisar dados e informações sobre a oferta e a demanda educacional no território do município; formular metas, estratégias e indicadores com base nos levantamentos realizados; avaliar os investimentos necessários para cada meta; analisar a coerência do conjunto das metas e sua vinculação com as metas estaduais e nacionais; estabelecer coerência e conexão entre o plano de educação e o projeto de desenvolvimento local. (MEC/SASE, 2014, p.9)

Todas essas tarefas são de extrema importância na elaboração do documento-base que é a próxima etapa da qual vamos tratar.

3.1.2 – Etapa 2 – Elaborar o documento-base

O documento-base é a proposta preliminar que será apresentada a comunidade e é através dele que os participantes poderão concordar ou não com as propostas, além de propor novas estratégias e sugestões.

Para a construção do documento-base o fórum precisou estar atento à vários aspectos referentes ao município como: realizar um bom diagnóstico da realidade descrevendo o cenário, as condições técnicas e financeiras, ou seja, contextualizando o documento, além de elaborar coletivamente estratégias e metas coerentes ao PNE e PEE e um conjunto de indicadores para que o mesmo seja avaliado posteriormente à sua aplicação e sejam registrados os seus avanços.

3.1.3 - Etapa 3 – Promover um amplo debate

A etapa 3 refere-se a um conceito já discutido neste trabalho que é o da “gestão democrática”, que no caso do Plano Municipal fica evidente pela participação dos diversos atores sociais na construção, execução, acompanhamento e avaliação deste.

No caso do PME de Coqueiros, o amplo debate deu-se em meio as discussões e reuniões da comissão elaboradora, das demais pessoas participantes do processo e, o auge dessa participação coletiva, foi a realização da I Conferência Municipal de Educação na qual o PME foi apresentado a comunidade, debatido e, em alguns casos, reformulado.

Essa conferência foi extremamente importante para que a população em geral se sentisse parte do processo e, conseqüentemente, corresponsável por ele. Desta forma, tendo a população conhecimento do documento, as chances deste se tornar algo concreto aumentam além das cobranças dos direitos implicados nele.

O que se pode perceber ainda nas discussões em relação ao documento pré-aprovado é que muitas pessoas já cobravam dos gestores educacionais (em especial aos representantes da

Secretaria de Educação) e dos gestores municipais (vereadores e representantes da comissão de administração) algumas das metas e estratégias previstas na lei e que ainda não fazem parte da realidade educacional Coqueirense. Esse sentimento de luta e reponsabilidade que tomou conta dos presentes na conferência, serviram de incentivo para todos na continuidade do trabalho em relação ao plano.

3.1.4 – Etapa 4 – Redigir o Projeto de Lei

A quarta etapa retoma o documento e envolve a revisão do mesmo. Após a Conferência algumas estratégias precisaram ser revistas e reformuladas, para que após as adequações necessárias o documento pudesse transformar-se em Projeto de Lei e encaminhado ao Poder Executivo.

Em relação ao PME Coqueirense, a participação de representantes do poder legislativo no processo de construção do plano facilitou a abordagem do documento e a esclarecimento das suas intenções.

3.1.5 – Etapa 5 – Acompanhar a tramitação na Câmara Municipal

A quinta e última etapa é dever do poder executivo, porém o conselho deve acompanhar também esse processo. Como já dito anteriormente, alguns dos representantes do legislativo municipal tiveram acesso à todas as discussões o que facilitou a compreensão dos demais da importância da aprovação do plano e posterior transformação deste em lei municipal.

3.2 Desafios e Perspectivas do PME Coqueirense

Enfim, o Plano Municipal de Educação do município de Coqueiros do Sul, foi instituído pelo decreto Executivo 068, de 30 de dezembro de 2014 tornando-se lei municipal.

A elaboração do PME, contou com a liderança da Secretaria Municipal de educação, envolvendo os atores da rede municipal e estadual, confirmando a necessidade de articulação com todos os entes envolvidos na educação do município, num caráter democrático e participativo da sociedade, constituído por um Fórum Municipal de Educação, com a finalidade de discutir a política educacional do território municipal, coordenar as conferências municipais de educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias para efetivar o Plano Municipal de Educação. (PME, 2015)

Muitos desafios foram evidenciados na construção desse plano conforme análise abaixo que compara as metas propostas pelo PNE e a realidade Coqueirense atual.

O desafio da educação Coqueirense em relação as metas do PNE já está presente na meta 1 que refere-se ao atendimento na Educação Infantil (100% crianças de 4 e 5 e + 50% crianças de até 3 anos) o qual é oferecido para as crianças de 0 a 3 anos em apenas uma escola de Educação Infantil existente no município em apenas um turno, pois ainda não há as condições humanas e materiais necessárias à ampliação desse atendimento. Já para as crianças de 4 e 5 anos há atendimento nas duas escolas municipais e na escola estadual.

Um ponto positivo em relação as metas 2 e 3 (Ensino Fundamental) é que as taxas de adolescentes fora da escola não são muito altas, o que inclui o número de abandonos no EF que é também bastante reduzido.

A meta 4 (que refere-se à Educação Especial na Educação Básica) também é outro ponto positivo na realidade Coqueirense, pois a maioria dos alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento são atendidos na rede regular de ensino e também recebem o Atendimento Educacional Especializado em Classe de Recursos Multifuncionais, em turno inverso e com professora habilitada.

A alfabetização até o 3º ano do Ensino Fundamental referida na meta 5, é um ponto que sempre está sendo debatido entre os docentes das séries iniciais e a Secretaria Municipal de Educação em reuniões pedagógicas. Há também uma preocupação com o nível de formação desse professores e com os métodos utilizados para a aprendizagem.

A meta 6, apresenta-se como um grande desafio para a educação Coqueirense, pois a Educação Integral ainda é uma realidade bastante distante do que podemos ofertar. Nenhuma das modalidades e nem instituições de ensino do município oferece ensino integral, isso porque não há espaços adequados, profissionais suficientes, além de recursos pedagógicos e materiais.

Para a meta 7 apresento o Gráfico 38 abaixo presente no PME discutido:

Gráfico 38 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de Coqueiros do Sul

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

FONTE: (IDEB, 2015)

O gráfico acima evidencia os indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de Coqueiros do Sul, havendo uma melhoraria de fluxo escolar e de aprendizagem com base na média 6,0 estabelecida como parâmetro nacional até 2021.

A meta 8 que diz respeito a população de 18 a 29 anos, no caso a Educação de Jovens e Adultos (EJA), também não é ofertada no município. O que se sabe é que a alguns anos haviam turmas de EJA oferecidas na escola Estadual (única que oferece Ensino Médio), e que este foi interrompido devido a diminuição da procura e do número de matrículas, pois a população em evidência já havia concluído nos anos ofertados. O que se pode perceber também na época, é que muitos jovens deixavam as classes regulares para matricular-se na EJA.

A meta 9 refere-se ao aumento das taxas de alfabetização, a erradicação do analfabetismo absoluto e a diminuição em taxas de funcional. Segundo o Censo demográfico de 2010 são 114 analfabetos sendo 5,74% da população acima de 15 anos.

O aumento da matrícula em 25% da matrícula da Educação Profissional integrada a EJA nos ensinos fundamental e médio é o que trata a meta 10. Contudo a realidade de Coqueiros é bastante distinta. Não há cursos de educação profissional ofertados no município, nem cursos técnicos, os quais são referidos na meta 11. A maioria dos jovens procura ensino técnico em outras cidades.

As metas 12, 13 e 14 dizem respeito ao Ensino Superior e a elevação das taxas de matrícula na graduação e pós graduação (mestrado e doutorado), o que se mostra é que os indicadores atuais são bastante pequenos em relação aos propostos. A maioria dos jovens ao terminar o Ensino Médio busca cursos técnicos ou simplesmente passa a exercer as atividades agrícolas da família. O que se busca portanto através das estratégias, é estimular as matrículas no ensino superior, incentivar e apoiar a preparação para o ENEM, divulgar programas de financiamento, manter e aperfeiçoar o crédito educativo, entre outras.

Logo as metas 15, 16, 17 e 18, fazer referência aos profissionais da educação, por meio de uma Política Nacional de Formação (meta 15), da formação continuada (meta 16), da valorização com rendimentos adequados (meta 17) e da existência de planos de carreira (meta 18) que buscam uma maior valorização e formação desses profissionais.

Em seguida a meta 19 remete a um conceito já descrito neste trabalho que é a gestão democrática, voltadas a participação (mérito, desempenho e consulta pública) nas escolas públicas, com o apoio da união no prazo de 2 anos.

A meta 20 menciona um maior investimento em educação pública em 7% do Produto Interno Bruto (PIB) até o 5º ano de vigência e em 10% até o final do decênio. Segundo indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município de Coqueiros do Sul investe 3,13% do seu PIB em Educação e Cultura sendo superior à média nacional que é de 2,14% (IBGE, 2015).

A partir de agora, a tarefa de cada membro do fórum e também de todo cidadão Coqueirense é zelar pelo cumprimento do que está no plano, buscando garantir que diversos benefícios sejam colocados à disposição da comunidade.

O plano municipal constitui-se portanto uma ferramenta de garantia de direitos e busca de melhores condições da educação municipal. Os benefícios voltados a população ainda não podem ser contabilizados, porém com certeza serão maiores que os desafios que se tem pela frente na busca pela qualidade da educação Coqueirense, em contrapartida a educação brasileira como um todo.

CONCLUSÃO

O presente estudo, buscou refletir sobre a historicidade das políticas educacionais desde a Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em 1990 até os dias atuais marcados pela recente aprovação do Plano Nacional de Educação em 2001.

O objetivo principal do qual tratou este trabalho foi a construção do Plano Municipal de Educação de Coqueiros do Sul além das perspectivas e desafios deste para a comunidade Coqueirense.

Iniciei minha análise tratando das transformações ocorridas no âmbito educacional e a crescente demanda provocada pelas políticas públicas e/ou educacionais, analisando posteriormente a trajetória da legislação educacional (nacional, estadual e municipal) como parâmetro para a criação e implementação dos Planos de Educação, além, de descrever o desafio de elaborar e efetivar o Plano Municipal de Educação do município de Coqueiros do Sul, com base nas diretrizes e metas pré-estabelecidas estadual e nacionalmente.

Diante dos objetivos propostos, as escolhas teórico-metodológicas utilizadas (estudo de caso e pesquisas bibliográficas) me aproximaram cada vez mais do assunto e me instigaram a envolver-me cada vez mais no processo de construção do PME.

No primeiro capítulo intitulado “Breve histórico das transformações educacionais brasileiras com base na crescente criação de Políticas Públicas Educacionais” procurei detalhar um pouco sobre as principais estratégias dos governos pós-conferência iniciando pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso que condicionado pelas propostas até então desenvolvidas buscou um maior investimento na educação brasileira. Os governos posteriores dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, seguiram também a mesma lógica mercadológica, dando continuidade com estratégias já iniciadas no governo anterior, voltadas as classes mais necessitadas desenvolvendo uma enorme quantidade de programas assistencialistas e compensatórios. Porém, apesar de terem se passado duas décadas, a situação brasileira ainda sofre muitos problemas, principalmente, quando falamos de qualificação e acesso à educação.

Este capítulo trouxe à tona também, uma das principais estratégias governamentais voltadas a garantia de qualificação da educação em âmbito mundial, a Conferência realizada em Jomtien – Tailândia em 1990, a qual deu origem a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e obrigava os países participantes a elaborarem seus próprios planos decenais, o que foi o caso do Brasil. Contudo, a inicial preocupação com o crescente número de crianças fora da

escola e de adultos analfabetos tornou-se algo voltado a acumulação de capital conforme a conferência foi agregando parcerias de grandes corporações o que mostrou posteriormente dados do Relatório de Monitoramento de Educação para Todos realizado pós-conferência. Portanto, o primeiro capítulo mostrou que apesar de um grande iniciativa, a Conferência EPT não trouxe os resultados esperados.

Refletindo sobre os poucos avanços das políticas educacionais, abordei no segundo capítulo intitulado “A busca pela qualidade da educação do âmbito nacional ao municipal: o desafio na construção dos planos de educação” a implantação do novo Plano Nacional de Educação aprovado pela presidenta Dilma Rousseff, o qual estabeleceu 20 metas para os diferentes níveis da educação. Para um melhor entendimento das metas propostas pelo PNE busquei contextualizá-las através de uma pesquisa realizada pelo INEP com dados de 2012 à 2014 oriundos do Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, os quais retratam a realidade atual. Esse confrontamento de dados foi de grande valia para um entendimento mais amplo do desafio que é o PNE.

Tendo o entendimento mais detalhado das metas e da real situação de cada uma das propostas contidas nelas, o PNE apresenta-se como um grande desafio e, a partir dele partimos para um desafio ainda maior que é a construção dos Planos Estadual e Municipal de Educação, isso porque o documento instituiu que estados e municípios também elaborassem seus próprios planos decenais com base nas suas realidades.

Esse desafio mencionado no parágrafo anterior, é o que retrata o terceiro capítulo deste trabalho intitulado de “Plano Municipal de Educação de Coqueiros do Sul: perspectivas e desafios para a comunidade Coqueirense”. Posso dizer que esse último capítulo foi o mais desafiador e, ao mesmo tempo, mais prazeroso de todo o trabalho, pois pude falar um pouco mais do lugar onde vivo, ou seja, do município de Coqueiros do Sul.

O anseio de explorar a historicidade das políticas públicas e educacionais desde sua estruturação até sua aplicação em âmbito federal, estadual e municipal surgiu ainda na graduação, porém por falta de oportunidade e/ou tempo não consegui explorar o tema da maneira que desejava. A minha participação direta no Fórum Municipal de Educação e na construção do plano Coqueirense também fez com que aumentasse minha vontade de fazer um trabalho que retratasse um pouco mais da minha terra e que pudesse contribuir de alguma forma.

Então, ainda no primeiro semestre deste Curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional, tive a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre uma das principais iniciativas voltadas à qualidade da educação brasileira, na disciplina de Políticas Públicas e

Gestão Educacional, que foi a Conferência Mundial de Educação para Todos culminando atualmente no Plano Nacional de Educação e no desafio da construção dos planos municipais.

O Plano Municipal de Educação Coqueirense foi construído em meio a problemas e tropeços, pois quando se trata de um processo participativo e democrático muitas opiniões e sugestões aparecem e temos que refletir sobre todas elas. Em contrapartida, essa interação entre os gestores, o fórum municipal e a comunidade fez surgir um espírito de coletividade, de democracia, de luta por um município melhor. Ali não importava escolaridade, partido político, amizades, desavenças... tudo era integrado e problematizado entre todos.

Enfim, o momento mais marcante de toda essa construção com toda certeza foi a primeira Conferência Municipal de Educação realizada no município. Alguns ajustes precisaram ser feitos (claro), mas tudo parecia estar conectado, os interesses da comunidade, as estratégias pensadas, as necessidades, os problemas educacionais e também as soluções... essa diversidade de pessoas, opiniões, características, culturas é a cara do PME Coqueirense.

Após a aprovação do PNE e o término deste trabalho, o sentimento que fica é o de que o desafio está só começando, pois agora nossa obrigação como participante ativo e, principalmente, cidadão Coqueirense é a de colher os frutos e, espero que entre eles estejam uma educação cada vez mais acessível e de qualidade para todos. Quem sabe eu não volto aqui para contar um pouco mais...

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. *Além do Neoliberalismo*. In. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Org. Emir Sader & Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRÉ, Marli. *A jovem pesquisa educacional brasileira*. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, 2006.
- AURÉLIO. *O Mini dicionário da Língua Portuguesa*. 4ª edição revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. 7ª impressão – Rio de Janeiro, 2002.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1998.
- _____. Conferência Nacional de Educação (CONAE), dez. 2008, Brasília, DF. *Documento-referência: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação*. Brasília, DF, 2008.
- _____. Ministério da Educação. *O ensino que dá certo: a caravana da educação*. Brasília, DF: MEC, 2008.
- _____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, 21 de dezembro de 1996.
- _____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. *Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação – PNE*. Elaboração: Clodoaldo José de Almeida Souza. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2005.
- BORDIGNON, Genuíno. *Gestão da Educação no Município: sistema, conselho e plano*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- _____, G.; GRACINDO, R. V. *Gestão da educação: o município e a escola*. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2004, p.147.
- ELLIOT, J. *Action research for educational change*. Filadélfia: Open University Press, 1991.
- FARIAS, Cecília. [Entrevista disponibilizada em 05 de maio de 2015, a Internet]. 2015. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/desafios-para-implantar-plano-estadual-de-educacao-centralizam-debate-na-assembleia/>> Acesso em: 02 nov. 2015.
- FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (orgs.). *Política Educacional: gestão e qualidade do ensino*. Brasília: Liber livro, 2009. 346 p.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149> Acesso em: 17 out. 2015.

LANKSHEAR, C & Knobel, M. *Pesquisa Pedagógica: do Projeto à Implementação*. Porto Alegre: Artmed, 2008, 328p.

Ministério da Educação (MEC); Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE). *O Plano Municipal de Educação*. Caderno de orientações. 2014, p.9.

_____. Planejando a próxima década. *Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação*. 2014.

_____. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ideb-sp-1976574996>> Acesso em: 17 out. 2015.

MONLEVADE, João Antônio. *A importância do Conselho Municipal de Educação na elaboração, implantação e acompanhamento da execução do Plano Municipal de Educação*. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. *Caderno de referência pró-conselho*. Brasília: Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação Pró-Conselho, 2003. 48 p.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *As políticas educacionais do governo Lula: rupturas e permanências*. Revista Brasileira de Política e Administração (RBPAAE), v. 25, p. n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação no Brasil: A Organização Escolar*. 15ª Edição. São Paulo: Editora Autores Associados, 1998.

SALAMA, P. & VALIER, J. *Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo*. São Paulo: Nobel, 1997.

SARTORI, José Ivo. [Entrevista disponibilizada em 25 de junho de 2015, a Internet]. Palácio Piratini, 2015. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/mais-destaques/284-rio-grande-do-sul-sanciona-pee>> Acesso em: 02 nov. 2015.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. Campinas: Editora Autores Associados, 2003.

SOARES, Magda. *Letramento*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

UNESCO, CONSED. *Educação para Todos: o compromisso de Dakar*. Brasília, Ação Educativa, 2001, p.70.